

ASSISTENTE SOCIAL

Nome:

Inscrição:



**TURNO DA
MANHÃ**

**Fraudar ou tentar
fraudar Concursos
Públicos é Crime!
Previsto no art. 311-A
do Código Penal**



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

Saúde mental: os desafios e os valores de uma relação em que há grande diferença etária

Um estudo mostrou que no Irã, por exemplo, a satisfação dos casais com gap etário maior com o casamento não foi diferente daquela em que o par tinha mais ou menos a mesma idade, porque naquela cultura a diferença de idade numa relação amorosa é mais aceita.

Outro desafio diz respeito às referências e expectativas, que podem ser bem distintos. Isso não quer dizer, no entanto, que cada um não possa aprender a respeitar e valorizar os gostos e valores do outro e, com isso, ampliar o próprio repertório de referências. Aliás, isso vale até para casais em que não há muita distinção etária.

Um outro ponto é que, quase sempre (senão sempre), encaramos duas pessoas que estão em fases de vida significativamente diferentes como uma delas tendo uma forma de poder sobre a outra, não importa se a pessoa mais velha é o homem ou a mulher.

Não podemos negar que existam relacionamentos intergeracionais que passam por isso ou que o mais velho queira tirar alguma vantagem do mais novo por meio da relação, mas também é possível pensar que dois adultos maduros, independentemente de qual seja a diferença de idade entre eles, possam ter um relacionamento saudável.

Idade afetiva, ou seja, a maturidade que temos para encarar a vida e as dificuldades que ela nos traz, conta mais do que idade cronológica.

Acesso em: <https://tinyurl.com/79xnx558>

1. De acordo com o texto, relacionamentos intergeracionais são sempre problemáticos, devido ao poder exercido pela pessoa mais velha sobre a mais nova.
2. Depreende-se do texto que casais sem uma grande diferença de idade não enfrentam desafios relacionados a referências e expectativas distintas.
3. Infere-se do texto que, no Irã, a diferença de idade em casais é culturalmente aceita e não afeta a satisfação conjugal.
4. É possível afirmar que a maturidade emocional é mais importante para o sucesso de um relacionamento do que a idade cronológica.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 8.

Praticar corrida está na moda

Que a corrida traz grandes benefícios à saúde há muitas pesquisas comprovando. Porém, correr com outras pessoas em clubes de corrida pode trazer outros pontos positivos para saúde física e mental.

Antes de entrar para o District Running Collective, com sede em Washington D.C. (Estados Unidos), Fallon Jones não era corredora. "Uma velha amiga – estávamos fazendo CrossFit na época – disse que havia um grupo de negros que corria na rua", conta. Ela ficou viciada depois de sua primeira corrida com o grupo na semana seguinte.

"A energia era tão elétrica. Estou no grupo de ritmo mais lento, mas todos estavam lá no final para me aplaudir", diz Jones. "Eu pensei, quer saber? Se eu continuar voltando, talvez eu consiga melhorar um pouco."

Os clubes de corrida têm uma longa história que remonta ao início do século 19. O primeiro clube de corrida conhecido no mundo, o Thames Hare and Hounds, foi fundado em 1868 em Londres, na Inglaterra, promovendo o esporte como uma atividade social. Ao longo das décadas, os clubes de corrida se espalharam pela Europa e América do Norte e depois, em diversas partes do mundo – inicialmente atraindo corredores competitivos, mas gradualmente atraindo um público mais amplo que buscava apoio, motivação e camaradagem.

Nos últimos anos, a ascensão das redes sociais e dos aplicativos de exercícios transformou ainda mais os clubes de corrida. As plataformas online permitem que os corredores se conectem, organizem eventos e acompanhem o progresso, tornando a corrida mais acessível e inclusiva.

Participar de um clube de corrida não apenas promove novas amizades, mas também melhora o bem-estar mental. Além disso, manter um ritmo de conversa enquanto corre com os amigos também pode oferecer benefícios físicos distintos.

Acesso em: <https://tinyurl.com/3fe9vbez>

5. Depreende-se do texto que a história dos clubes de corrida começou no século 20 com a popularização da corrida como esporte de massa.
6. É possível afirmar que Fallon Jones já era corredora experiente antes de entrar para o District Running Collective.
7. Infere-se do texto que os clubes de corrida inicialmente eram destinados apenas a corredores competitivos, mas hoje em dia atraem um público mais amplo.
8. De acordo com o texto, correr em grupo pode oferecer benefícios tanto para a saúde física quanto para a saúde mental.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 12.

Como a guerra contra a pornografia pode mudar a internet

Se você for ao Estado americano do Texas e tentar visitar hoje um determinado website de pronografia, poderá ficar suspreso.

Em vez do conteúdo normalmente encontrado em um site pornográfico, você irá ver um único vídeo. Nele, uma estrela de filmes adultos chamada Cherie DeVille aparece totalmente vestida para discutir políticas públicas.

"Como talvez você saiba, suas autoridades eleitas exigem que nós verifiquemos a sua idade antes de permitir que você tenha acesso ao nosso website", afirma DeVille no vídeo.

Ela explica que, em vez de pedir aos seus usuários que apresentem sua identidade fotográfica a cada visita, o website e sua rede de sites associados decidiram simplesmente bloquear todos os visitantes do Estado.

E os texanos não estão sozinhos. Neste exato momento, ocorre um apagão das pornografia pelos Estados Unidos.

Em 2023, os Estados do Arkansas, Mississippi, Utah e Virgínia aprovaram leis que exigem a verificação da idade dos visitantes. O website bloqueou todos eles, assim que as leis entraram em vigor.

No início de 2024, foi a vez da Carolina do Norte e de Montana. E novas leis exigindo o mesmo tratamento foram aprovadas nas últimas semanas em Idaho, Kansas, Kentucky e Nebraska.

Com novas normas programadas para entrar em vigor, o desligamento poderá atingir a maior parte do sul dos Estados Unidos nos próximos 12 meses. Com isso, o website – o quarto website mais popular do planeta, segundo alguns índices – poderá em breve estar bloqueado para um a cada três norte-americanos.

Formalmente, o objetivo dessas leis é evitar que as crianças tenham acesso a conteúdo pornográfico, em meio às preocupações de que elas possam ser prejudicadas pela normalização de comportamento sexual violento ou agressivo e pelo incentivo de expectativas irreais em relação ao sexo.

De 2022 até o momento, 19 Estados americanos aprovaram leis exigindo que os sites pornográficos verifiquem a idade dos seus usuários. E os legisladores já propuseram leis federais de verificação da idade.

A adoção de verificações de identidade não se limita aos sites adultos. Outras regulamentações propostas nos EUA, Reino Unido, União Europeia, Austrália e em partes da Ásia poderão exigir em breve a verificação de idade para as redes sociais e uma série de outras plataformas.

Seus proponentes afirmam que esta verificação não é

diferente da apresentação da identidade exigida para comprar um maço de cigarros – que são esforços de segurança baseados no bom senso, que irão funcionar tão bem online quanto no comércio físico.

"É muito simples", afirma Terry Schilling, presidente do think tank conservador (centro de pesquisa e debates) Projeto dos Princípios Americanos (American Principles Project), uma das principais organizações que defendem as leis de verificação da idade.

"Achamos que as crianças não devem poder ter acesso à quantidade de pornografia que elas têm disponível hoje", afirma ele.

Mas os opositores às novas regras defendem que as leis são mal elaboradas e podem até levar as pessoas para partes mais sombrias da internet, expondo as crianças e os adultos a riscos ainda maiores. Eles também argumentam que as repercussões da nova legislação podem trazer profundas consequências para o futuro da internet e a liberdade que ela oferece.

"Vamos ser honestos, entre as redes sociais e a pornografia, provavelmente temos a maior parte da atividade online das pessoas", afirma Daniel Kahn Gillmor, tecnólogo da União Americana para as Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês).

A maioria das pessoas concorda que é uma boa ideia evitar que as crianças tenham acesso à pornografia na internet. Mas alguns acreditam que existem melhores formas de controle do que a imposição de regras de verificação da idade.

Colocando de lado o debate político cada vez maior sobre qual a melhor forma de regulamentar o mundo online e as plataformas de tecnologia que o sustentam, a internet parece estar passando por um momento decisivo.

Acesso em: <https://tinyurl.com/mtastvbj>

9. É possível afirmar que as novas regulamentações de verificação de idade poderão afetar não apenas sites pornográficos, mas também redes sociais e outras plataformas online.

10. Depreende-se do texto que há consenso geral entre as partes interessadas de que a verificação de idade é a melhor forma de proteger as crianças na internet.

11. De acordo com o texto, as novas leis de verificação de idade nos Estados Unidos têm como objetivo principal proteger as crianças do acesso a conteúdos pornográficos.

12. Infere-se do texto que a medida de bloqueio adotada afeta exclusivamente o estado do Texas.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 18.

A internet é uma gigantesca rede de computadores que se tornou um marco na história da comunicação da humanidade, revolucionando as formas de busca, pesquisa, envio e recebimento de informações dos mais variados formatos (imagem, som e texto).

Acesso em: <https://tinyurl.com/3jau77nv>

13. A barra de endereços no navegador é o local onde digitamos o endereço eletrônico (site, endereço web) da página que queremos que seja apresentada. Quando começamos a digitar, uma lista de endereços, já digitados antes, começa a ser apresentado, para você escolher (se quiser) e assim economizar tempo de digitação.

14. Um programa navegador, também conhecido por editor de texto, é um software que oferece opções para a utilização de serviços da internet. (Exemplos: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome).

15. O correio eletrônico (o famoso e-mail) é o meio mais prático de comunicação pessoal da internet. Para seu uso, basta o usuário remetente fazer uma conexão no seu correio eletrônico, escrever o texto e clicar num botão de envio, para que a mensagem seja entregue.

16. O E-mail é uma porta bastante explorada pelos golpistas, que também podem trazer links para páginas falsas ou arquivos maliciosos (vírus).

17. Existem sites na internet especializados em pesquisa através da digitação de palavras-chave (os argumentos de pesquisa). Esses sites permitem a procura por algum assunto que esteja contido em alguma página da internet em todo o planeta.

18. A World Wide Web, conhecida também por www, é a rede mundial de computadores interligados ou um sistema que nos permite encontrar informações. Permite que páginas de informações (home pages) sejam visualizadas através da digitação de um endereço no navegador.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 19 a 22.

Goreth decidiu fazer uma promoção na sua loja de roupas para aumentar as vendas e está oferecendo um desconto de 20% em todas as camisetas da coleção de verão, que originalmente custavam R\$ 200,00, cada. Além disso, a loja está dando um desconto adicional de 10% sobre o valor promocional para os clientes que pagarem à vista.

19. Um cliente que pagou à vista economizou R\$ 56,00 em relação ao preço original.

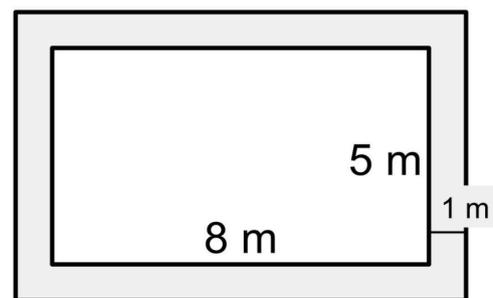
20. O preço final de uma camiseta, para o cliente que pagou à vista, foi de R\$ 144,00.

21. O desconto total para um cliente que pagou à vista foi de 30% sobre o preço original.

22. Se um cliente comprasse duas peças à vista, o valor total pago por ele seria R\$ 288,00.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 23 a 26.

Carla está projetando um grande canteiro de flores para a praça central da sua cidade, que terá uma base retangular com 8 metros de comprimento e 5 metros de largura, sendo preenchido com substrato até uma altura de 1,2 metros. Além disso, ao redor do canteiro haverá um banco de concreto com 1 metro de largura, conforme a vista superior dada na imagem abaixo.



23. A área da superfície do banco, que será coberta com concreto, é de 38 metros quadrados.

24. O perímetro do canteiro, sem o banco, é de 26 metros.

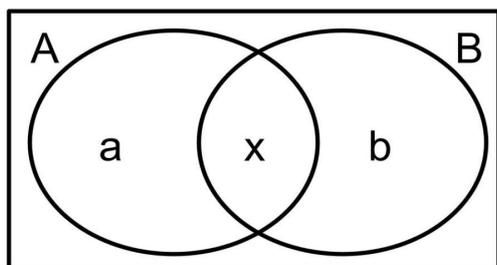
25. A área total da superfície do jardim, incluindo o caminho, é de 72 metros quadrados.

26. O volume de substrato necessário para preencher o jardim até a altura planejada é de 48 metros cúbicos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 27 a 30.

No diagrama lógico dado abaixo, a representa os elementos que pertencem apenas ao conjunto A; b representa os elementos que pertencem apenas ao conjunto B; e x representa os elementos que pertencem

a A e a B.



27. Analisando o diagrama, podemos afirmar que ele justifica a afirmação categórica 'Algum B não é A'.

28. Sobre os elementos representados por x podemos usar as proposições categóricas "Algum A é B" e "Algum B é A".

29. Sobre os elementos representados por a, podemos usar a proposição categórica "Todo A é B".

30. As proposições "Existe algum A que não é B" e "Existe algum B que não é A" não podem ser deduzidas do diagrama dado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 34.

A divisão de competências dentro do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) entre os entes federativos é essencial para a efetividade e eficiência do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Esta estrutura permite que as políticas e programas sejam mais precisas e adequadas às realidades, garantindo que as medidas socioeducativas sejam implementada de maneira justa e eficaz.

Considerando as competências dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), julgue os itens a seguir:

31. Compete aos Estados cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema.

32. Compete aos Municípios editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo.

33. Ao Distrito Federal cabem, exclusivamente, as competências da União.

34. Compete à União, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a elaboração do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 35 a 38.

A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais estabelece os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) através de níveis de proteção e complexidade.

Nesse contexto, julgue os itens a seguir, no que se refere aos níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

35. O Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de Passagem e residência Inclusiva é organizado como Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

36. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAFI é organizado como Serviço de Proteção Social Básica.

37. O Serviço de Acolhimento em República é organizado como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

38. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é organizado como Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 39 a 42.

A Resolução CNAS nº 119, de 4 de setembro de 2023 aprova os parâmetros para a atuação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos.

No que se refere às disposições preliminares da Resolução CNAS nº 119, de 4 de setembro de 2023, julgue os itens a seguir.

39. O SUAS regulamenta e organiza a prestação de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda socioassistenciais às (aos) usuárias (os), em todo território nacional, com responsabilidades

compartilhadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na sua gestão e financiamento, e comando único das ações em cada esfera de governo.

40. A vigilância socioassistencial visa a apoiar as operações, a gestão e a tomada de decisões dentro de uma organização.

41. A Assistência Social tem por objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social ou em situação de violação de direitos.

42. A defesa de direitos visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais e a construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com as demais políticas setoriais e os órgãos públicos de defesa de direitos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 43 a 46.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Sobre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), julgue os itens abaixo:

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

43. A oferta de serviços especializados pelo CREAS deve orientar-se pela garantia das seguranças socioassistenciais, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

44. A oferta de serviços pelo CREAS deve ter discordância com as situações identificadas no território, para que as famílias e indivíduos possam encontrar a acolhida necessária às suas demandas.

45. O papel do CREAS e suas competências decorrentes estão consubstanciados em um conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a política de assistência social e regulam o SUAS.

46. O CREAS deve dispor de infraestrutura física adequada e equipe com capacidade técnica para a

recepção e escuta profissional qualificada, orientada pela ética e sigilo e pela postura de respeito à degradação, homogeneidade e discriminação.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 47 a 50.

As Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do SUAS – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS traz um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS.

Sobre as Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), julgue os itens abaixo:

Acesso em: <https://tinyurl.com/2mjksrx3>

47. Os CRAS são unidades locais que têm por atribuições a organização da rede socioassistencial e oferta de serviços da proteção social básica em determinado território. Já o órgão gestor municipal ou do DF tem por funções a organização e gestão do SUAS em todo o município.

48. A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada, devendo considerar um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, assim como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes.

49. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem como objetivo facilitar a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, mediante o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da limitação do acesso aos direitos de cidadania.

50. O CRAS é uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica diferente das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 51 a 54.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

No que se refere aos princípios organizativos do SUAS descritos na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, julgue os itens abaixo:

Acesso em: <https://tinyurl.com/3wzkapyc>

51. O princípio de equidade refere-se ao respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

52. O princípio de integralidade da proteção social refere-se ao fato de que os serviços de assistência social devem ser prestados sem exigência de contribuição ou contrapartida.

53. A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

Fonte: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/>

NOBSUAS_2012.pdf

No que se refere aos princípios organizativos do SUAS descritos na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS), julgue os itens abaixo:

54. O princípio de gratuidade refere-se à oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 55 a 58.

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa um processo estruturado que envolve a organização e coordenação de políticas públicas de assistência social no Brasil.

No que diz respeito à gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), julgue os itens abaixo:

55. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme suas competências estabelecidas na Constituição Federal e na LOAS, são responsáveis pela gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial.

56. A rede socioassistencial consiste no conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

57. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) comporta dois tipos de gestão: da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

58. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Saúde.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 59 a 62.

Em relação à organização e a gestão das ações na área de assistência social estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue os itens abaixo:

59. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

60. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não devem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

61. As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma desarticulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera estadual e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, à União, ao Distrito Federal e aos Municípios.

62. A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério da Saúde.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 63 a 66.

No que se refere às competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue os itens a seguir:

63. Compete à União atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

64. Compete à União estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.

65. Compete aos Municípios realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

66. Compete ao Distrito Federal executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 67 a 70.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No que se refere às garantias de prioridades para crianças e adolescentes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir:

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

67. A destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude não consiste uma garantia de prioridade para crianças e adolescentes.

68. A preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas não consiste uma garantia de prioridade para crianças e adolescentes.

69. A precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública consiste uma garantia de prioridade para crianças e adolescentes.

70. A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias consiste uma garantia de prioridade para crianças e adolescentes.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 71 a 74.

A adoção de crianças e adolescentes deve ser realizada de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No que diz respeito à adoção de crianças e adolescentes, julgue os itens a seguir:

71. O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.

72. É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária.

73. Podem adotar os menores de 23 (vinte e três) anos, dependentemente do estado civil.

74. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 75 a 78.

No que diz respeito aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência estabelecidas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), julgue os itens a seguir:

75. A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

76. O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

77. Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

78. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 79 a 82.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, devendo ser garantido por um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de

toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

No que se refere ao direito à educação das pessoas com deficiência estabelecidas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, julgue os itens a seguir:

79. Incumbe ao poder privado assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

80. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

81. O poder público é isento de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

82. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas algumas medidas, incluindo a tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 83 a 86.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) todas as pessoas com deficiência têm o direito à moradia digna. Nesse contexto, julgue os itens a seguir:

83. Compete ao poder público divulgar, para os agentes interessados e beneficiários, a política habitacional prevista nas legislações federal, estaduais, distrital e municipais, com ênfase nos dispositivos sobre acessibilidade.

84. Tanto o poder público, quanto privado, adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência.

85. Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família.

86. A proteção integral na modalidade de residência inclusiva será prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) à pessoa com deficiência em situação de dependência que disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 87 a 90.

No que se refere aos direitos e às responsabilidades gerais do/a assistente social estabelecidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, julgue os itens a seguir:

87. É direito do/a Assistente Social compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais.

88. É vedado ao/à Assistente Social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.

89. O livre exercício das atividades inerentes à profissão constitui um direito do/a Assistente Social.

90. É vedado ao/à assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 91 a 95.

No que se refere às relações dos Assistentes Sociais com outros/as Profissionais previstos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, julgue os itens a seguir:

91. É direito do/a Assistente Social intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional, salvo a pedido desse/a profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao/à profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

92. É dever do/a Assistente Social ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional.

93. É direito do/a Assistente Social ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código.

94. É vedado ao/à Assistente Social prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

95. É vedado ao/à Assistente Social prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro/a profissional.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 96 a 100.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social consiste em um documento fundamental que orienta as práticas dos assistentes sociais no Brasil. Estabelece os princípios, direitos, deveres e responsabilidades dos profissionais, assim como as competências e responsabilidades dos conselhos que regulam a profissão.

No que se refere as competências e responsabilidades dos conselhos que regulam a profissão, julgue os itens a seguir:

96. Compete ao Conselho Regional de Serviço Social zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Municipais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social.

97. Compete ao Conselho Federal de Serviço Social como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

98. Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.

99. Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

100. Compete ao Conselho Federal de Serviço Social introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RAASCUNHO